GUIA DE LEITURA.

Entendendo o ALM do Paranaguá Previdência.

Uma explicação simples do estudo de casamento entre investimentos e benefícios

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA.

Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranaguá – PR

Material de apoio para conselheiros, membros do Comitê de Investimentos, gestores e servidores
Acompanha o Relatório Técnico de Asset Liability Management – Exercício 2026
Todos os valores estão em reais de 2026, já descontada a inflação

Araquari/SC, outubro de 2026.

Para que serve este guia.

O Relatório Técnico de ALM do Paranaguá Previdência é um documento denso: tem tabelas de valor presente, durações, vértices de títulos e cenários de retorno. Este guia existe para que qualquer pessoa — conselheiro, gestor, servidor ou cidadão interessado — consiga entender o que o estudo diz, por que ele importa e o que se espera que seja decidido a partir dele, sem precisar dominar o vocabulário técnico.

Cada seção responde a uma pergunta simples. Onde ajuda, há uma comparação com situações do dia a dia. As tabelas e gráficos são os mesmos do relatório técnico, apresentados com menos números e mais explicação. Ao final há perguntas frequentes e um pequeno glossário.

> **Em uma frase.**
> O Paranaguá Previdência tem hoje R$ 1,04 bilhão guardado para pagar aposentadorias e pensões que começarão a pesar no caixa daqui a seis anos. O estudo mostra que esse dinheiro é suficiente para garantir, desde já, quase todos os benefícios futuros — mas que a garantia consome 87% do patrimônio às taxas de hoje, e que cada queda dos juros encarece essa garantia. A recomendação é travar a parte principal agora, por etapas.

1. O que é ALM?

ALM é a sigla de Asset Liability Management, que em português significa “gestão de ativos e passivos”. Ativo é o que o RPPS tem: o dinheiro aplicado. Passivo é o que o RPPS deve: as aposentadorias e pensões que se comprometeu a pagar. Fazer ALM é olhar os dois lados ao mesmo tempo e organizar os investimentos de acordo com as datas em que o dinheiro vai ser necessário.

> **Comparação: a poupança para a faculdade dos filhos.**
> Uma família que guarda dinheiro para a faculdade do filho de 12 anos não precisa desse dinheiro amanhã: precisa dele daqui a seis anos, mês a mês, durante quatro anos. Faz sentido aplicar em algo que vença justamente nessa época e renda bem até lá, em vez de deixar tudo na conta corrente ou apostar em algo arriscado. O RPPS está na mesma situação, só que com milhares de “filhos” (os segurados) e datas espalhadas por várias décadas.

Sem ALM, a gestão dos investimentos olha apenas o mercado: qual fundo rendeu mais, qual tem menos risco. Com ALM, ela passa a olhar primeiro a necessidade: quanto o plano vai precisar, e quando.

O estudo responde a quatro perguntas:

- O que já foi guardado, somado ao que ainda vai entrar, é suficiente para pagar tudo o que foi prometido?
- Em que anos o dinheiro vai começar a sair do caixa, e em que ritmo?

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

- A rentabilidade que o plano precisa (a chamada meta atuarial) é realista?

- Como aplicar para reduzir o risco de faltar dinheiro no futuro?

2. De onde vêm os números?

Todo ano o atuário produz a avaliação atuarial do RPPS e envia à Secretaria de Previdência um documento chamado DRAA. Dentro dele há uma tabela que projeta, ano a ano, de 2026 até 2175, quanto vai entrar de contribuições e quanto vai sair em benefícios para os servidores que estão no plano hoje. Esse é o fluxo atuarial. O estudo de ALM não inventa números novos: ele parte dessa tabela oficial, produzida pela Avaliação Atuarial 2026 (Relatório nº 072/2026, de 24 de março de 2026).

Há um detalhe importante: todos os valores do fluxo já estão "limpos" da inflação. Quando o relatório fala em R$ 150,7 mi de déficit em 2049, são R$ 150,7 mi em poder de compra de hoje. Por isso o estudo trabalha sempre com juros reais, ou seja, acima da inflação, e por isso o ativo natural para casar essas obrigações é o título público que paga IPCA mais uma taxa fixa (a NTN-B, ou Tesouro IPCA+).

O Paranaguá Previdência tem dois planos, separados pela Lei Complementar nº 53/2006. O Plano Previdenciário funciona como uma poupança coletiva: acumula reservas para pagar os benefícios futuros e é dele que trata o ALM. O Plano Financeiro abriga os servidores mais antigos e os benefícios concedidos até 2006, não tem reserva acumulada e é pago diretamente pela Prefeitura, mês a mês; ele aparece no estudo apenas para mostrar o tamanho do esforço do Município.

3. Os números que importam.

R$ 1,04 bilhão	R$ 2.215,6 mi	R$ 1.374,3 mi	R$ 199,0 mi
guardado hoje (Recursos Garantidores)	valor de hoje de todos os benefícios a pagar	valor de hoje das contribuições que ainda vão entrar	sobra estimada (superávit)

A conta é simples: o que já está guardado (R$ 1.040,3 milhões) mais o que ainda vai entrar (R$ 1.374,3 milhões) dá R$ 2.414,6 milhões. O que precisa ser pago vale R$ 2.215,6 milhões. Sobram R$ 199,0 milhões. **O plano está, portanto, equilibrado, com folga — e é exatamente o resultado que consta da avaliação atuarial oficial.**

"Valor de hoje" (ou valor presente) é uma forma de somar pagamentos que acontecerão em anos diferentes. Um real que só será pago em 2050 vale menos do que um real pago hoje, porque o dinheiro guardado rende até lá. O estudo usa a taxa de IPCA + 5,81% ao ano — a meta atuarial — para fazer essa conversão. Essa taxa é, ao mesmo tempo, a rentabilidade que a carteira precisa entregar para que as contas fechem.

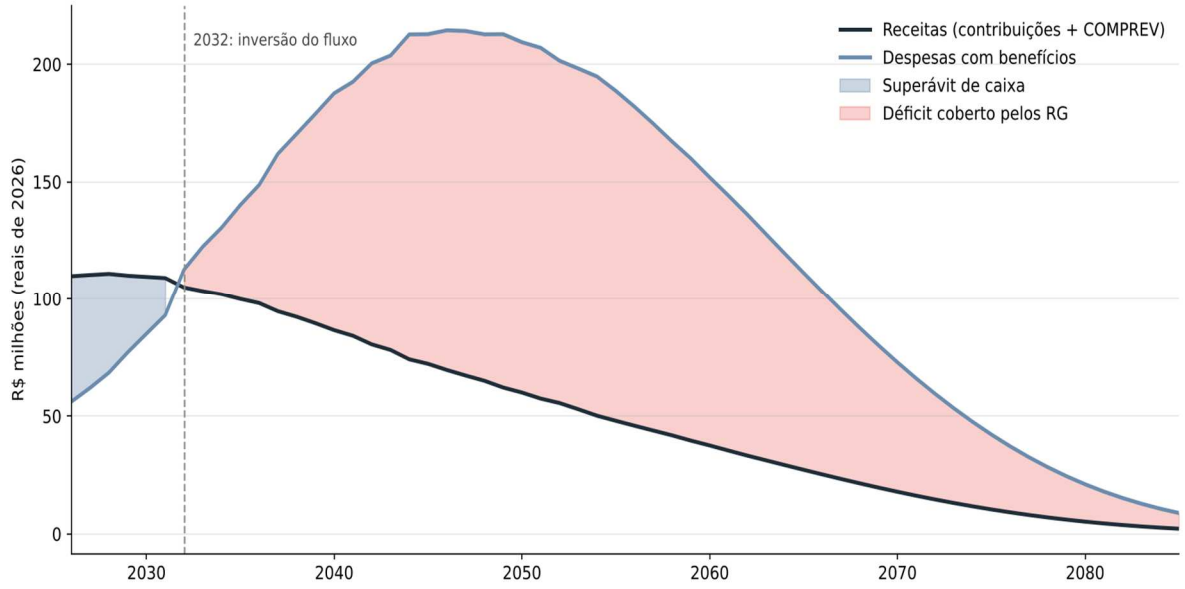
AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

O que a folga de R$ 199 milhões significa — e o que não significa?

Significa que, se tudo se confirmar como projetado (contribuições, benefícios e, sobretudo, rentabilidade de IPCA + 5,81% ao ano por décadas), o plano termina com sobra. Não significa que há R$ 199 milhões "disponíveis" para gastar: é uma folga que só existe se a carteira render o que precisa render. Em relação ao tamanho do patrimônio, a folga é de cerca de 19% — grande parte do estudo trata justamente de como proteger essa condição.

4. A linha do tempo do plano.

O gráfico abaixo mostra, ano a ano, quanto entra (linha escura) e quanto sai (linha azul-clara) do Plano Previdenciário. Há três fases bem marcadas.



Receitas e despesas do Plano Previdenciário, 2026 a 2085. Área azul: sobra de caixa. Área vermelha: falta, coberta pelo dinheiro guardado.

- **Fase de acumulação (2026 a 2031).** Em 2026 entram cerca de R$ 110 milhões e saem R$ 56 milhões. As contribuições pagam todos os benefícios e ainda sobra. Mas a sobra encolhe depressa, porque a despesa com benefícios cresce cerca de 10% ao ano: a geração admitida depois de 2006 está chegando à aposentadoria. Nesse período, nenhum centavo do patrimônio precisa ser sacado.

- **A virada (2032).** Pela primeira vez, sai mais do que entra. A diferença ainda é pequena, mas a partir daqui o patrimônio acumulado passa a ser usado — e o déficit anual dobra a cada seis ou sete anos até 2049.

- **O platô de desembolsos (2040 a 2060).** A falta anual chega a cerca de R$ 150,7 mi em 2049 e fica acima de R$ 130 milhões por mais de uma década. É o período de maior pressão. Depois disso, os benefícios da geração atual vão se extinguindo e a falta diminui até desaparecer.

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

Por que isso é diferente de outros RPPS?

Muitos regimes têm dez ou doze anos de folga de caixa antes da virada. O Paranaguá Previdência tem seis. Isso não é um problema de solvência — o patrimônio é grande — mas é um motivo para não adiar a montagem da carteira: os títulos que vão pagar os benefícios de 2033 em diante precisam ser comprados enquanto o caixa ainda sobra e enquanto as taxas ainda estão acima da meta.

5. Por que o alvo é 22,5 anos, e não 16,9?

O relatório usa duas medidas de "duração". Ambas dizem, em média, daqui a quantos anos o dinheiro vai sair. Mas medem coisas diferentes.

Medida	Valor	O que mede
Duração do passivo de benefícios	16,87 anos	Prazo médio de todas as aposentadorias e pensões a pagar, incluindo as que serão pagas com as contribuições que vão entrar
Duração dos déficits a cobrir	22,46 anos	Prazo médio apenas da parte que vai sair do patrimônio guardado — a parte que as contribuições não cobrem

As duas durações e o que cada uma mede.

Comparação: a conta do restaurante.

Imagine que um grupo vai jantar por várias noites seguidas. Nas primeiras noites, quem paga é o caixa coletivo mensal (as contribuições). Só nas últimas noites é preciso mexer na poupança. Se você quer saber por quanto tempo a poupança precisa ficar aplicada, o que importa é a data das últimas noites — não a média de todas as noites. Por isso o alvo da carteira são os 22,5 anos, e não os 16,9.

Se a carteira fosse montada para 16,9 anos, os títulos venceriam cedo demais. O dinheiro voltaria para o caixa por volta de 2043 e teria de ser reaplicado a taxas que ninguém sabe quais serão — exatamente na fase em que o plano mais precisa dele. Montar a carteira para 22,5 anos evita esse problema.

6. O que é "casamento de fluxos"?

É a parte central do estudo. A ideia é dividir o futuro em faixas de cinco anos e, para cada faixa em que vai faltar dinheiro, comprar hoje um título público que venha a vencer justamente naquela faixa, no valor necessário para cobrir a falta.

Comparação: escalonar aplicações para pagar as prestações da casa.

Quem sabe que terá uma prestação grande a cada ano pode aplicar hoje várias parcelas em títulos que vencem exatamente em cada uma dessas datas. Não precisa torcer pelo mercado nem vender nada às pressas: cada título vence e paga a prestação correspondente. É isso, em escala de centenas de milhões de reais e de décadas, que o casamento de fluxos propõe.

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

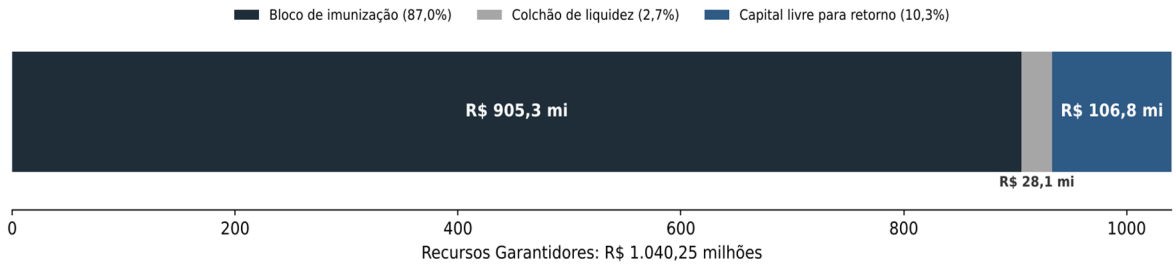
Faixa em que vai faltar	Título que casa	Quanto custa hoje (R$ mi)	Observação
2033 a 2037	NTN-B 2035	104,2	A virada do fluxo
2038 a 2042	NTN-B 2040	193,7	O déficit dobra
2043 a 2047	NTN-B 2045	202,0	Maior parcela; pico dos benefícios
2048 a 2052	NTN-B 2050	161,2	Pico do déficit anual
2053 a 2057	NTN-B 2055	112,2	Platô de desembolsos
2058 a 2062	NTN-B 2060	67,6	
2063 a 2067	NTN-B 2065	36,6	Título mais longo disponível
2068 em diante	Não existe título	27,8	Fica registrado como risco
Total		**905,3**	**87,0% do patrimônio**

Faixas deficitárias, títulos correspondentes e custo de compra às taxas de 05/10/2026.

Os anos de 2026 a 2031 não aparecem na tabela porque não falta dinheiro neles: sobra. Não faz sentido comprar título para cobrir uma falta que não existe.

Por que custa "só" R$ 905,3 milhões?

Somando toda a falta futura, sem desconto, chega-se a cerca de R$ 4,4 bilhões. Trazido ao valor de hoje pela meta atuarial (IPCA + 5,81%), esse montante vale R$ 1.051,0 milhões. Mas os títulos públicos hoje pagam entre IPCA + 6,40% e IPCA + 7,03% — acima da meta. Comprando a essas taxas, o mesmo compromisso custa R$ 905,3 milhões. A diferença, R$ 145,6 milhões, é o ganho de aproveitar a curva de juros de hoje.



Como o patrimônio de R$ 1,04 bilhão se divide na carteira proposta.

O resultado é que 87,0% do patrimônio bastam para garantir todos os déficits futuros. Somando uma reserva de seis meses de benefícios para emergências (2,7%), sobram 10,3% — R$ 106,8 milhões — livres para buscar rentabilidade acima da meta, dentro dos limites que a legislação permite. Hoje o plano tem R$ 172,1 mi em ativos de risco — renda variável, multimercados, crédito privado, FIP e fundos imobiliários (16,5% do patrimônio) —, ou seja, mais do que a parcela livre: montar a carteira proposta significa, aos poucos, trazer cerca de R$ 65,3 mi desse bloco para os títulos.

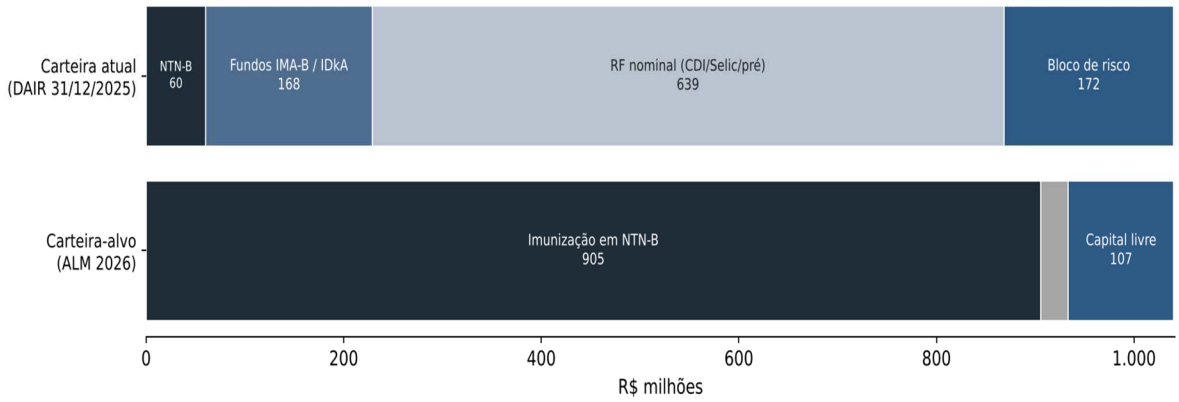
AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

Por que há pressa — e por que em etapas?

Taxas reais acima de 6,4% ao ano ainda estão acima da meta, mas a curva já caiu: no fechamento de 2 de outubro de 2026 os mesmos títulos pagavam cerca de 0,6 ponto a mais, e a garantia custaria uns R$ 100 milhões a menos. Se a curva cair mais meio ponto, a parcela livre praticamente desaparece; se cair um ponto, o patrimônio atual deixa de ser suficiente para garantir tudo. Por isso o estudo recomenda começar pelos títulos de 2035 a 2050 — que cobrem a virada e o pico — em três ou quatro etapas ao longo de um ano, com um nível mínimo de taxa definido antes pelo Comitê.

Onde o dinheiro está hoje.

O DAIR de dezembro de 2025 mostra que 61,4% do patrimônio está em fundos de renda fixa que rendem CDI, Selic ou juros prefixados — aplicações seguras e líquidas, mas que não garantem inflação mais 5,81% por vinte anos. Só 22,0% está indexado à inflação, e desse pedaço apenas R$ 60,5 mi são títulos públicos comprados diretamente, que podem ser carregados até o vencimento. O restante, 16,5%, está em ativos de risco.



Como o patrimônio está aplicado hoje e como ficaria na carteira proposta (R$ milhões).

Isso não é novidade de 2026: olhando mês a mês desde janeiro de 2025, o patrimônio cresceu de R$ 855,9 mi para R$ 1.195,4 mi, mas a divisão entre os blocos quase não mudou e nenhum título IPCA+ novo foi comprado em 2026.

O instituto já tem R$ 72,3 mi em títulos públicos comprados diretamente e marcados na curva — ou seja, já sabe operar —, mas só o lote que vence em 2035 cai num ano em que vai faltar dinheiro; os demais vencem antes da virada e precisarão ser reaplicados.

Comparação: trocar o aluguel pela casa própria.

Deixar o dinheiro em fundos CDI é como morar de aluguel: funciona, é flexível, mas o preço é renegociado todo ano e ninguém garante quanto será daqui a vinte. Comprar NTN-B e carregar até o vencimento é como comprar a casa com prestação fixa em poder de compra: o custo futuro fica conhecido hoje. A transição proposta é trocar cerca de R$ 844,9 mi de “aluguel” por “casa própria”, em etapas.

7. Marcação na curva: por que o preço do título não deve assustar?

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

Títulos públicos são negociados todo dia, e seu preço sobe e desce conforme os juros do mercado. Se o RPPS registrar seus títulos pelo preço do dia (a "marcação a mercado"), o patrimônio vai parecer oscilar — às vezes bastante — mesmo que nada de real tenha mudado, porque o plano não pretende vender.

> **Comparação: o valor do imóvel próprio.**
> Quem mora na própria casa e não pretende vendê-la não fica ansioso com o preço do metro quadrado no bairro subindo ou descendo a cada mês. O que importa é que a casa cumpre sua função. Da mesma forma, um título comprado para ser carregado até o vencimento vai pagar exatamente o que foi combinado na compra, independentemente do preço de mercado no meio do caminho.

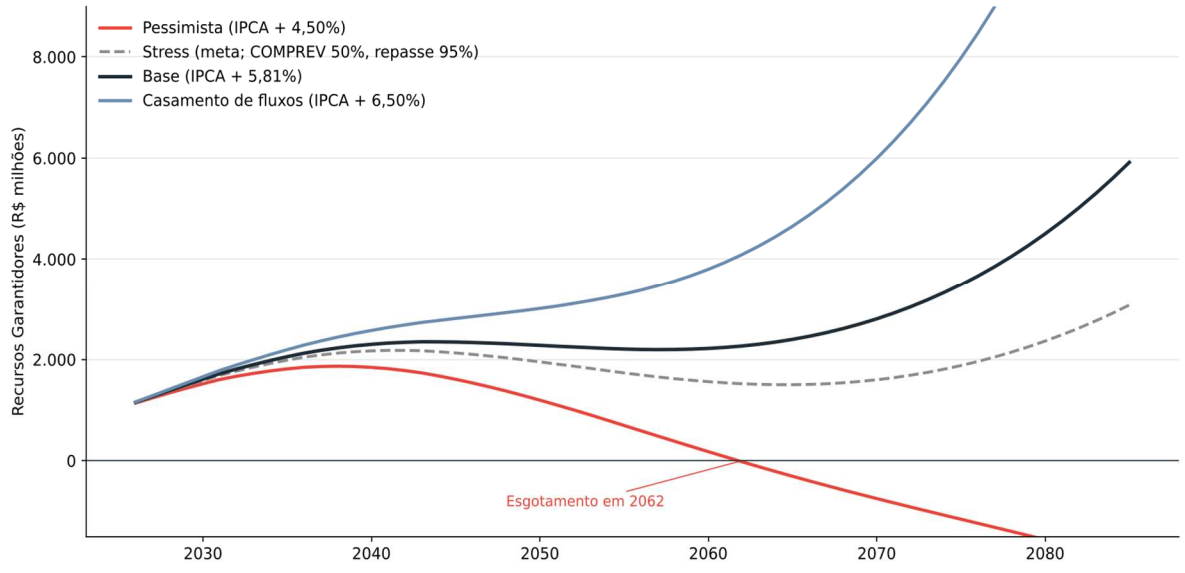
A legislação (Portaria MTP nº 1.467/2022) permite que títulos comprados para serem mantidos até o vencimento sejam registrados pela "marcação na curva": o valor cresce todo dia, de forma previsível, pela taxa contratada. Isso elimina a oscilação artificial do balanço.

Para usar esse critério, o RPPS precisa ter conta própria no sistema Selic, um custodiante credenciado e um estudo técnico que mostre que os vencimentos combinam com as obrigações. Este ALM é exatamente esse estudo.

Há uma condição: se o título for vendido antes do vencimento, vale o preço de mercado do dia, e o ganho ou a perda aparece de uma vez. Por isso a decisão de carregar até o vencimento precisa ser firme.

8. E se der errado? Os cenários.

O estudo simulou o que acontece com o patrimônio em quatro situações, mantendo as contribuições e benefícios e mudando apenas a rentabilidade — e, em um dos casos, também as receitas.



Evolução do patrimônio até 2085 em cada cenário.

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

Cenário	Rentabilidade real	O que acontece
Pessimista	IPCA + 4,50%	O patrimônio cresce até 2038 e depois é consumido; acaba em 2062.
Base	IPCA + 5,81%	O patrimônio nunca acaba; fica estável entre 2040 e 2060 e volta a crescer depois.
Casamento de fluxos	IPCA + 6,50%	Folga cada vez maior.
Stress de receitas	IPCA + 5,81%	Recebendo só metade da COMPREV e 95% do repasse da Prefeitura, o patrimônio não acaba, mas fica cerca de 48% menor no longo prazo.

Resumo dos cenários.

A conclusão mais importante não está em nenhum cenário isolado, mas na comparação entre eles. O plano suporta frustrações de receita, embora elas custem caro no longo prazo. O que ele não suporta é rentabilidade abaixo da meta por muitos anos seguidos. A diferença entre 5,81% e 4,50% ao ano parece pequena, mas, acumulada por décadas, é a diferença entre um patrimônio que se mantém e um que acaba em 2062.

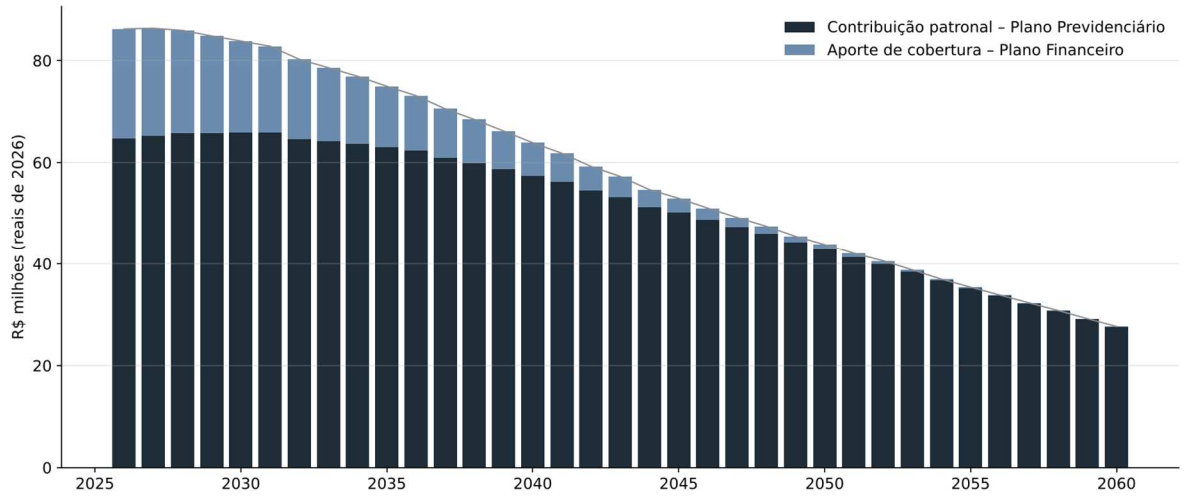
> **O retorno mínimo.**
> Foi calculado também o menor retorno que evita o esgotamento em qualquer ano: cerca de IPCA + 4,99% ao ano. A margem entre esse mínimo e a meta (0,82 ponto percentual) é a folga real do plano. É justamente por essa margem ser estreita que vale a pena travar hoje, com títulos, a maior parte das obrigações — assim, a rentabilidade mínima passa a ser exigida só da parcela livre, e não de todo o patrimônio.

9. O papel da Prefeitura.

De cada R$ 100 que o Plano Previdenciário vai receber no futuro, R$ 64 vêm da contribuição da Prefeitura e R$ 27 da contribuição dos servidores ativos, cuja folha também é paga pela Prefeitura. Ou seja, 90,7% das receitas dependem, direta ou indiretamente, do orçamento municipal. Outros R$ 8 vêm da COMPREV — a compensação paga pelo INSS — e dependem da homologação dos processos. O risco de crédito do plano é, na prática, o risco fiscal do Município.

Além disso, o Plano Financeiro — que não tem reserva — é pago mês a mês pela Prefeitura: R$ 21,5 mi em 2026, caindo para R$ 6,5 mi em 2040, porque esse plano é fechado e vai se extinguindo. Somando os dois compromissos, o esforço do Município vai de R$ 86,2 mi em 2026 para R$ 63,9 mi em 2040, uma queda real de 26% em quatorze anos. A queda parece boa notícia, e é — mas ela depende da hipótese, usada na avaliação atuarial, de que os servidores que se aposentam não são repostos. Se houver concursos, a contribuição patronal se mantém.

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920



Esforço anual da Prefeitura: contribuição ao Plano Previdenciário mais cobertura do Plano Financeiro.

Isso tem duas consequências práticas para o ALM.

Primeiro: o patrimônio do RPPS deve ficar aplicado em ativos que não dependam do mesmo pagador — o que os títulos do Tesouro Nacional atendem.

Segundo: acompanhar a capacidade da Prefeitura de honrar seus repasses e a entrada efetiva da COMPREV faz parte da gestão de risco do plano, e não é assunto separado.

10. O que se espera que seja decidido?

O estudo termina com sete recomendações. Em linguagem direta, elas dizem o seguinte:

1. **Garantir só o que vai faltar.** Comprar títulos apenas para os anos de 2033 em diante; os anos anteriores se pagam sozinhos.

2. **Começar pelo núcleo e comprar em etapas.** Os títulos de 2035 a 2050 cobrem a virada e o pico e são a prioridade; a compra deve ser feita em três ou quatro etapas ao longo de um ano, com uma taxa mínima definida antes.

3. **Carregar até o vencimento e registrar na curva.** Elimina a oscilação artificial do patrimônio.

4. **Registrar o que não tem como garantir.** Os déficits depois de 2067 não têm título correspondente; ficam anotados como risco e são revistos todo ano.

5. **Manter uma reserva de emergência pequena até a virada.** Seis meses de benefícios em aplicação de liquidez diária; a partir de 2032, os juros semestrais dos títulos ajudam a pagar a folha.

6. **Reduzir aos poucos a parcela de risco.** Os R$ 106,8 milhões livres podem buscar mais rentabilidade, dentro dos limites que a legislação fixa para um RPPS sem certificação Pró-Gestão; o bloco de risco de hoje é maior do que isso e deve convergir.

7. **Revisar todo ano.** A cada nova avaliação atuarial, o ALM deve ser atualizado.

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

8. **Ajustar a Política de Investimentos.** A política de 2026 mira 12,0% em títulos públicos comprados diretamente; a carteira proposta precisa de 87,0%. A regra permite (o limite é 100%), mas o alvo escrito na política deve ser revisado para que a execução não pareça desvio.

O estudo também se apoiou em informações confirmadas pela gestão: o instituto não tem certificação Pró-Gestão (valem os limites básicos da lei), a taxa de administração é paga pela Prefeitura sem tocar no patrimônio, a COMPREV está em dia, não há plano de amortização porque as massas são segregadas, a regra de segregação não mudou e a Política de Investimentos 2026 está aprovada. Os títulos já comprados e os prazos de resgate dos fundos foram conferidos nos relatórios mensais da carteira: não há obstáculo operacional para começar.

11. Perguntas frequentes.

O plano está em risco?

Não, no cenário projetado. O plano está equilibrado, com superávit de R$ 199 milhões. O risco existe se a rentabilidade ficar abaixo da meta por muitos anos — e é exatamente isso que a estratégia proposta reduz.

Se o patrimônio é tão grande, por que a pressa?

Porque a garantia dos benefícios custa 87% dele às taxas de hoje, e cada meio ponto de queda nos juros reais consome o que sobra. O patrimônio é grande em relação ao passivo, mas a folga em relação à curva de juros é pequena.

Comprar títulos longos não é arriscado?

Seria, se o plano pretendesse vendê-los antes do vencimento. Como a intenção é carregá-los até o fim, e o dinheiro só será necessário daqui a uma ou duas décadas, o prazo longo é uma vantagem: trava uma taxa real acima da meta por muito tempo.

Por que não aplicar tudo em fundos de renda fixa, como hoje?

Fundos indexados ao CDI — onde está mais da metade do patrimônio hoje — rendem juros nominais e oscilam com a Selic; não garantem, por si, IPCA + 5,81% por vinte anos. Títulos IPCA+ comprados diretamente garantem uma taxa real conhecida até o vencimento e podem ser marcados na curva.

E os ativos de risco que o plano já tem?

Hoje são R$ 172,1 mi (16,5% do patrimônio), dos quais R$ 77,0 mi em renda variável. A carteira proposta deixa 10,3% livres para esse tipo de ativo. A diferença não precisa ser vendida de uma vez: a convergência pode acompanhar as etapas de compra dos títulos, começando pelos ativos mais caros e menos líquidos.

O que acontece se a Prefeitura atrasar repasses ou a COMPREV não vier?

O cenário de stress mostra que o plano suporta receber 95% do repasse e metade da COMPREV sem esgotar o patrimônio, mas o saldo de longo prazo cai cerca de 48%. Atrasos maiores ou persistentes corroem a folga. Por isso os dois itens aparecem no painel de acompanhamento.

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

A política de investimentos permite isso?

Permite: o limite para títulos públicos federais é 100%. Mas a estratégia-alvo escrita na política de 2026 é de 12,0%, bem abaixo do que a carteira proposta exige, e o texto ainda cita a resolução antiga do CMN. Por isso uma das recomendações é revisar a política ainda em 2026 ou já redigir a de 2027 em linha com o ALM.

O estudo manda comprar título X na data Y?

Não. Ele dimensiona quanto comprar de cada vencimento e mostra por quê. A execução — datas, preços, corretoras — depende de deliberação do Comitê e do Conselho e das condições de mercado no dia.

Com que frequência isso deve ser refeito?

A cada avaliação atuarial, ou antes se a curva de juros, a legislação ou a massa de segurados mudarem de forma relevante.

12. Pequeno glossário.

Ativo — o que o RPPS tem: dinheiro aplicado.

Passivo — o que o RPPS deve: benefícios a pagar.

Recursos Garantidores — o patrimônio guardado para pagar os benefícios futuros; hoje, R$ 1,04 bilhão.

Valor presente — quanto vale hoje uma sequência de pagamentos futuros, descontada por uma taxa de juros.

Meta atuarial — rentabilidade real que a carteira precisa entregar: IPCA + 5,81% ao ano.

Duração — prazo médio, em anos, em que os pagamentos acontecem.

Fluxo líquido — o que entra menos o que sai em cada ano; se negativo, é a falta a ser coberta pelo patrimônio.

Casamento de fluxos — comprar títulos que vencem exatamente quando o dinheiro será necessário.

NTN-B / Tesouro IPCA+ — título do Tesouro Nacional que paga inflação mais uma taxa fixa, com juros semestrais.

Marcação na curva — registrar o título pela taxa contratada, sem oscilação diária; permitido para títulos mantidos até o vencimento.

Marcação a mercado — registrar o título pelo preço do dia.

COMPREV — compensação financeira que o RPPS recebe do INSS pelo tempo em que o servidor contribuiu para o regime geral.

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920

Plano Financeiro — plano dos servidores mais antigos e dos benefícios concedidos até 2006, sem reserva, pago diretamente pela Prefeitura.

Pró-Gestão — certificação de qualidade de gestão dos RPPS; o nível obtido define quanto pode ser aplicado em cada tipo de ativo.

Risco de reinvestimento — risco de ter de reaplicar o dinheiro, no futuro, a taxas piores que as de hoje.

Este guia é um material de apoio e não substitui o Relatório Técnico de ALM, que contém a base de cálculo completa, as premissas e as limitações do estudo.

Araquari/SC, 21 de outubro de 2026.

AMX Consultoria de Investimentos Ltda
CVM 14.576

Eliezer da Silva
Consultor Investimentos
CVM 1604-7

AMX Capital Consultoria
Rua: Cel. Almeida, 132 – sala 2 – Centro – Araquari – SC – CEP 89.245-000 - Fone: (047) 3305-1920